

ORGANIZAÇÃO SINDICAL,  
NEGOCIAÇÃO COLETIVA,  
DIREITO DE GREVE E DATA BASE

Brasília, 31/08/2018



# Sumário

Contexto Brasileiro

Negociação Coletiva

Organização Sindical

Desafios



**Financeirização**

**Direitos como mercadoria**

**Globalização**

**Cadeias Globais  
de produção e  
fornecimento**

**Bipolarização  
EUA x China**

# **QUAL FUTURO DO TRABALHO? E QUAL O SINDICALISMO?**

**Intersectorização  
da economia**

**Neocolonialismo**

**Revolução  
tecnológica**

**Desemprego**

# Fórum Econômico Mundial de Davos 2016

“A 4ª Revolução Industrial está ancorada em duas forças: A primeira é a **automatização extrema** nos negócios, governo e vida privada. A segunda, é a **extrema conectividade**, que aniquila a distância e o tempo como obstáculos à comunicação [de forma] cada vez mais ampla e mais rápida”. Relatório do banco suíço UBS (2016).

# Exemplos de inovações da indústria 4.0



Metro Linha Amarela SP (Concessão) trabalha sem maquinista, x empregos a menos



Bancos virtuais, que não necessitam de agências e estrutura física para operar, x empregos a menos



Caixas automáticos (self-checkouts) em rede de supermercados Londrina PR e Grande ABC SP trabalham sem operadores de caixas, x empregos a menos

*"O capital é trabalho morto, o qual, como um vampiro, vive apenas para sugar o trabalho vivo, e quanto mais sobreviver, mais trabalho sugará". (Karl Marx)*

# BIG DATA

## O que geramos de **DADOS** **EM 1 MINUTO?**

Mais de...



+ 1.550.000.000

Usuários ativos por mês  
no Facebook



+ 115.000.000

Usuários ativos por mês  
no Twitter



+ 375.000.000

Usuários ativos  
no Google Plus

+ 313.000.000

Usuários no  
LinkedIn

# EM CONTRAPARTIDA.....MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES

Multicultural

Economia  
compartilhada

Interconectado

Sem uma  
potência global

**QUAL  
SINDICALISMO  
PARA ESTE NOVO  
MUNDO?**

Cooperativismo

Revolução  
tecnológica

Ecológico

Tempo Livre

Longevidade

# BRASIL

## ALGUNS NÚMEROS



POPULAÇÃO	209 milhões
EM IDADE DE TRABALHAR	169 milhões
NA FORÇA DE TRABALHO	104,3 milhões
OCUPADA	90,6 milhões
<b>NO SETOR PÚBLICO</b>	<b>11,6 milhões</b>
FORA DA FORÇA DE TRABALHO	64,9 milhões
CONTRIBUINTES PARA PREVIDÊNCIA	57,8 milhões
<b>DESOCUPADA</b>	<b>13,7 milhões</b>
<b>POPULAÇÃO JOVEM (14-29 ANOS)</b>	<b>51,6 milhões</b>
<b>TAXA DE DESEMPREGO JOVEM (14-17 ANOS)</b>	<b>39%</b>
<b>(18-24 ANOS)</b>	<b>25%</b>

**45% dos  
trabalhadores  
estão fora do  
sistema  
previdenciário**

# BRASIL

## EC do Teto

Novo Regime fiscal que limita os gastos públicos com políticas sociais  
(Em dezembro de 2016)

## Programa de privatizações

Petróleo  
Energia Elétrica  
Infraestrutura

## Mudança estrutural na base econômica e tecnológica

Desmonte do papel do Estado

Mercantilização de direitos sociais

## Lei da Terceirização

Retira restrições sobre o trabalho temporário e terceirização  
(Março/2017)

## “Reforma” da Previdência

Altera as regras da previdência pública (PEC 287)

## “Reforma” Trabalhista

Altera a CLT precarizando as relações de trabalho  
(Julho de 2017)



# **Desafios da Negociações Coletivas**

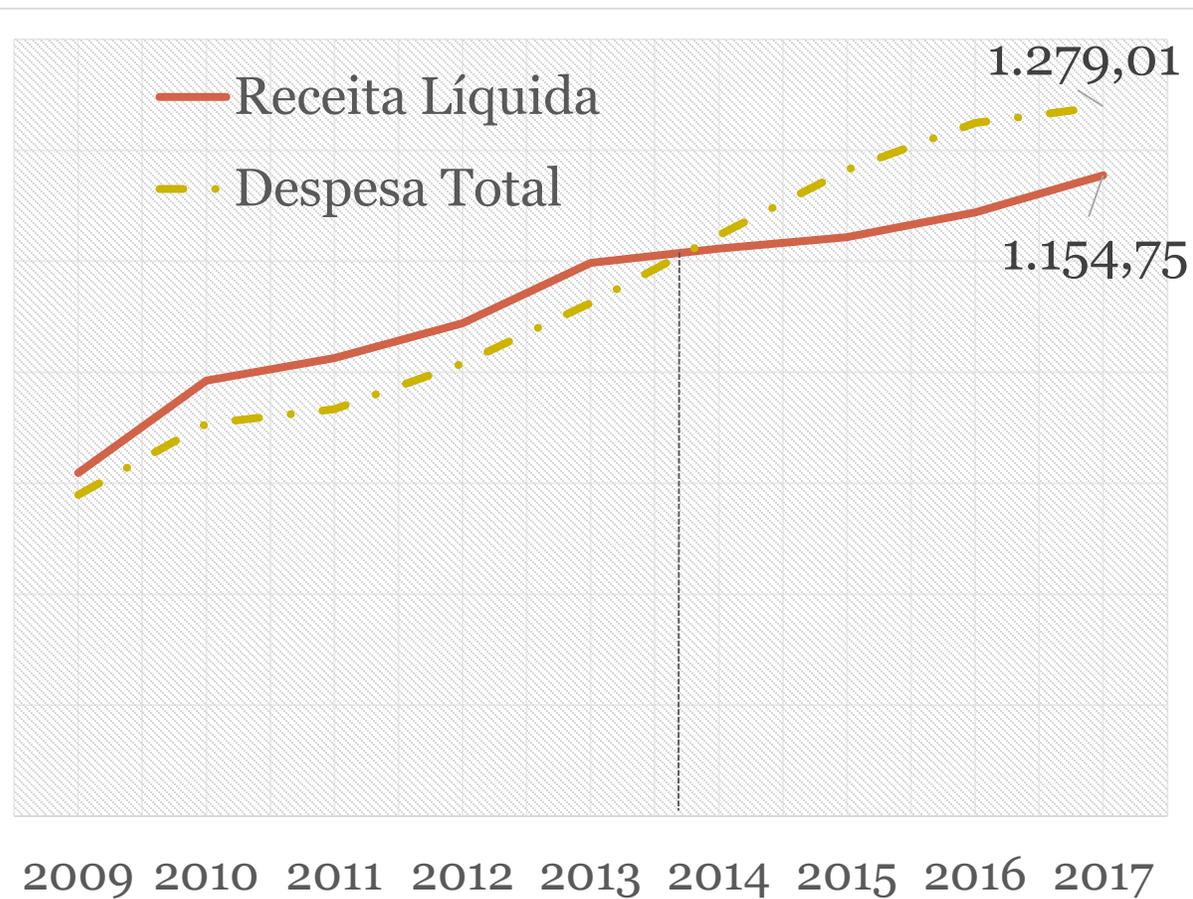
## Principais características das negociações coletivas Setor público e Setor privado

Setor público	Setor privado
Não existe data-base	Existe data-base
Não existe processo de contratação coletiva regulamentado	Existe
Princípio da legalidade	Mínimo legal combinado e negociação coletiva
Acesso dos servidores por concursos públicos	Acesso a partir do Departamento de Recursos Humanos das empresas
Remunerações compostas, em grande parte, por vencimentos básicos, gratificações específicas da carreira, subsídios, entre outros componentes	Remunerações compostas, no geral, por parte fixa e outra variável relacionada a programas de participação de lucros ou resultados das empresas (PLR)
Principais atores envolvidos: governo (federal, estadual, municipal), Poder Legislativo, servidores, representações sindicais dos servidores, sociedade civil	Principais atores envolvidos: empresa, trabalhadores, representações sindicais de trabalhadores e patronais, justiça do trabalho (Delegacia Regional do Trabalho - DRT, Tribunal Regional do Trabalho - TRT, Tribunal Superior do Trabalho - TST, entre outros)
A negociação envolve ações no ciclo orçamentário (Plano Plurianual - PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA)	As negociações estão relacionadas às questões dos lucros das empresas, desempenhos setoriais e demais aspectos envolvendo as relações entre capital/trabalho

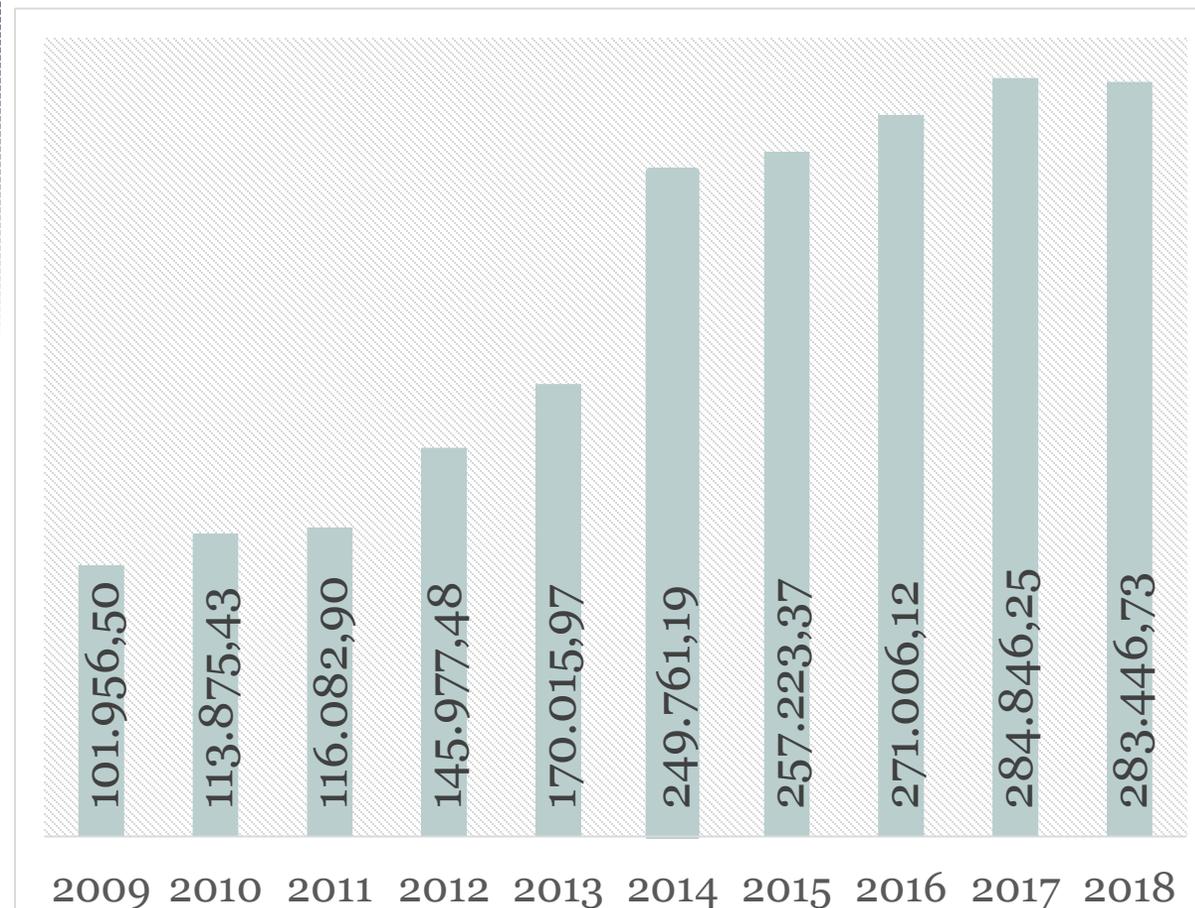
# Resultado Fiscal e Gastos tributários do Governo Central – 2009 a 2018 –

(R\$ milhares – valores correntes)

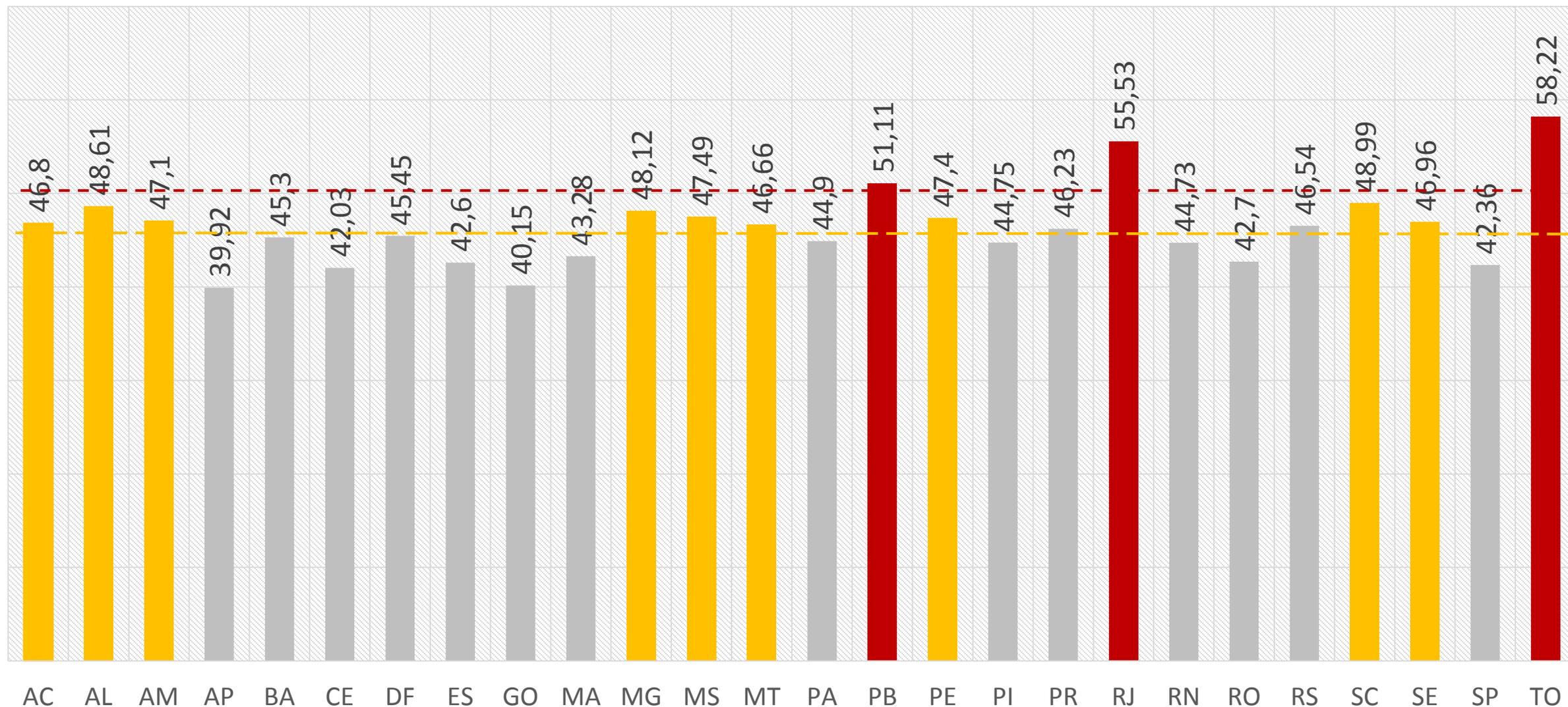
## • Resultado Fiscal do Governo Central 2009 a 2018



## • Gasto tributário = “renúncia fiscal”

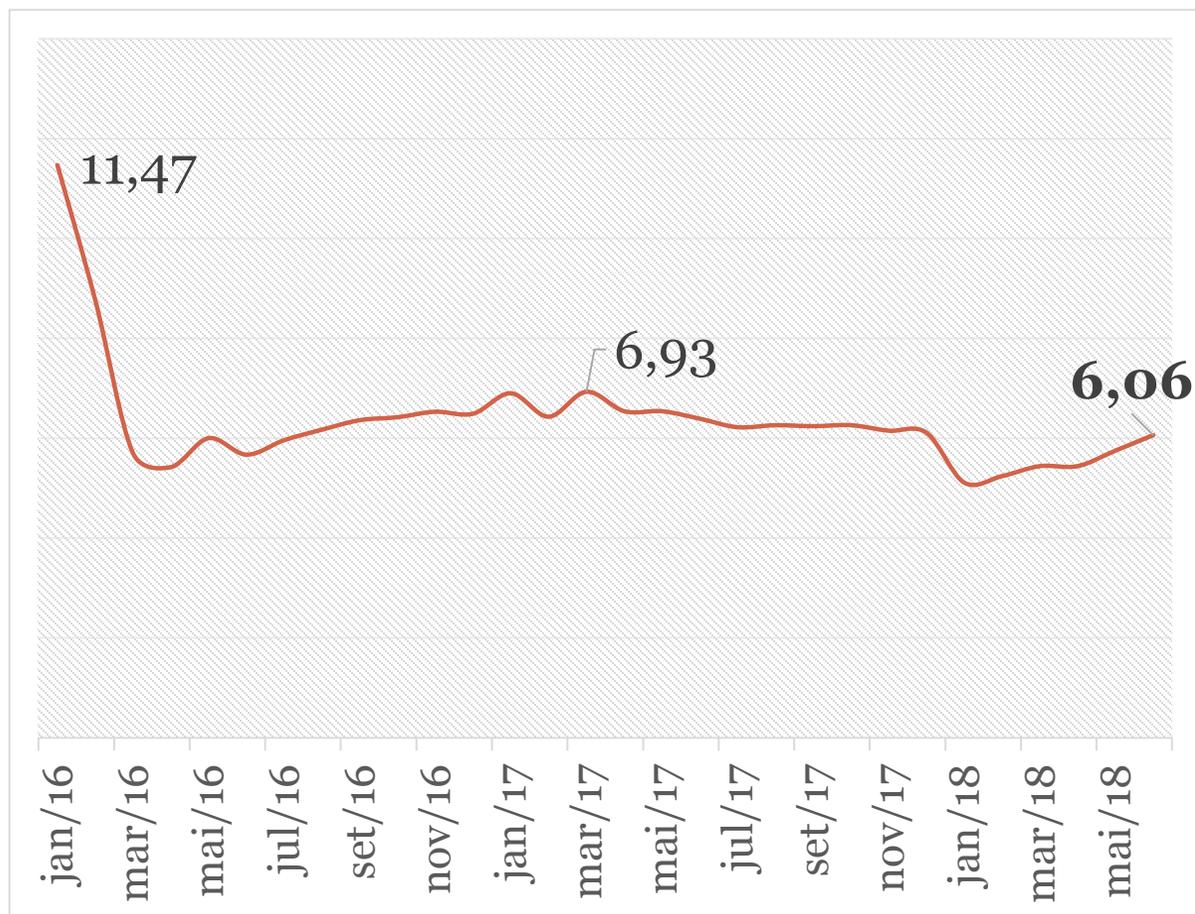


# Limite Fiscal: Prudencial (46,55%) e Máximo (49,00%), por Estado acumulado em 12 meses – Executivo – 1º quadrimestre de 2018

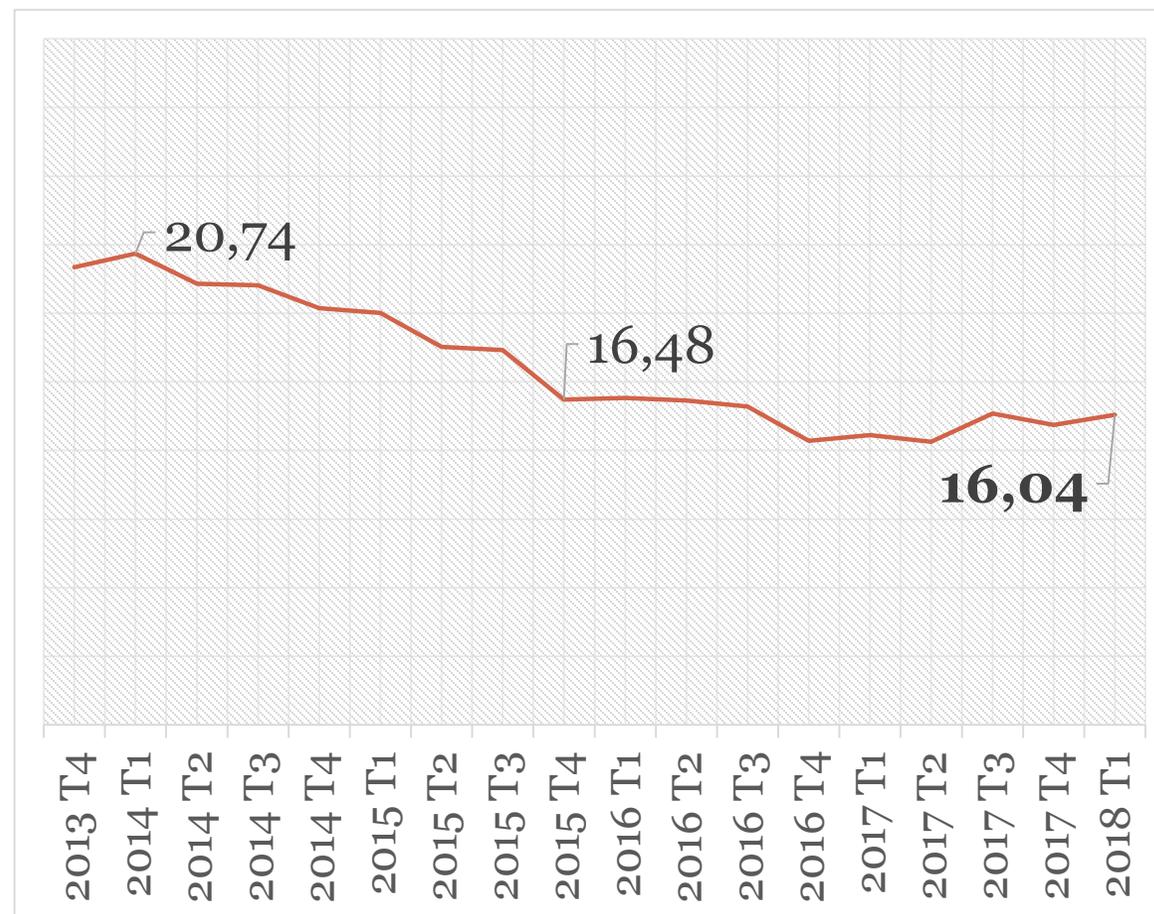


# Impactos dos juros na dívida pública e no investimento

- Percentual do PIB gasto com juros

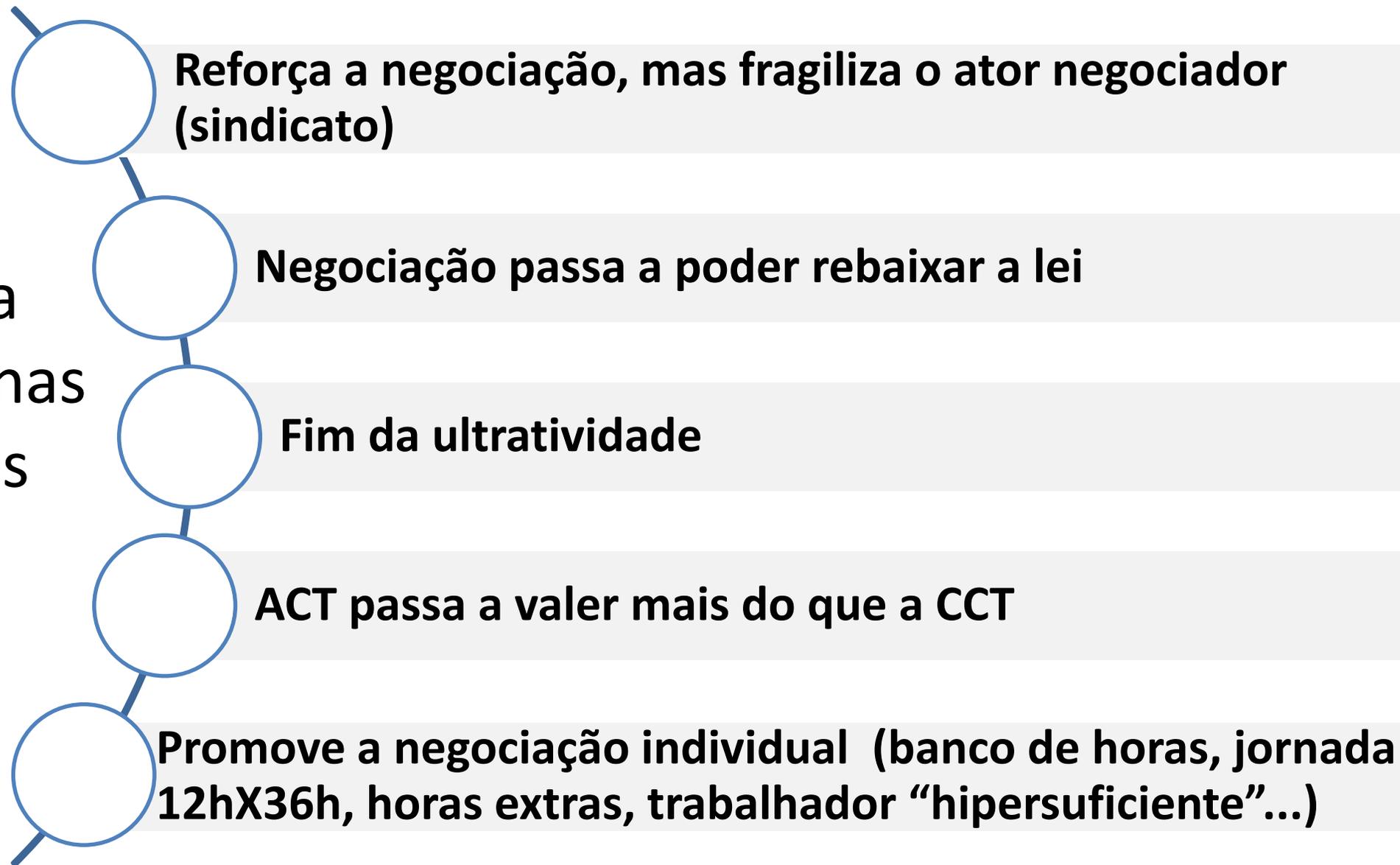


- Queda do investimento





## Impactos da “Reforma” nas Negociações coletivas:



# Redução no registro de Instrumentos Coletivos

Sistema Mediador - Ministério do Trabalho

Queda no número de registros de acordos e convenções coletivas no Mediador (MTb)

- Menos 30% de acordos e convenções coletivas no primeiro semestre de 2018 em relação a igual período de 2017
- A queda é mais acentuada entre as convenções coletivas
  - Menos 41% nas convenções coletivas (negociações por categoria)
  - Menos 28% nos acordos coletivos (negociações por empresa)

# Cláusulas em acordos coletivos de grandes empresas estatais – Sistema Mediador

A pesquisa considerou 76 empresas estatais de todos os níveis da administração pública. Apenas 9 haviam registrados acordos coletivos no Mediador em 2018, segundo levantamento realizado em 01º de agosto. As 9 empresas foram responsáveis pelo depósito de 84 instrumentos coletivos no período pesquisado.

Apenas uma, o Hospital das Clínicas de Porto Alegre (estatal federal), registrou cláusula com menção direta à reforma trabalhista:

**Grupo: Férias e Licenças**

**Subgrupo: Duração e Concessão de Férias**

**CLÁUSULA TERCEIRA - NÃO APLICABILIDADE DA CLÁUSULA 33ª AOS MÉDICOS DO HCPA**

Em razão da nova redação do § 1º do art. 134 da CLT, introduzida pela Lei nº 13.467/2017, bem como devido a sistemática própria adotada pelo hospital na concessão do gozo de férias anuais, deixa-se de aplicar aos médicos a previsão constante na Cláusula 33ª da Convenção Coletiva de Trabalho, referida na cláusula 4ª do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Obs.: O parágrafo primeiro do artigo 134 da CLT, aludido na cláusula, é o que permite o fracionamento das férias em até 3 períodos.



# Greves

Sistema de Acompanhamento de Greves 2017

# Greves e horas paradas

## Brasil, 1 Sem 2018

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	520	58,2	30.034	73,6
Funcionalismo Público	476	53,3	28.659	70,3
Empresas Estatais	44	4,9	1.375	3,4
Esfera Privada	368	41,2	10.174	24,9
Esfera Pública e Privada <sup>1</sup>	5	0,6	584	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>893</b>	<b>100</b>	<b>40.792</b>	<b>100</b>

Nota (1): Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada.

# Greves e horas paradas no funcionalismo público

## Brasil, 1º semestre de 2018

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	14	2,9	800	2,8
Estadual	120	25,2	10.909	38,1
Municipal	342	71,8	16.950	59,1
<b>TOTAL</b>	<b>476</b>	<b>100</b>	<b>28.659</b>	<b>100</b>

# Greves e horas paradas no funcionalismo público federal Brasil, 1º semestre de 2018

	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
<b>PODER EXECUTIVO FEDERAL</b>	13	92,9	792	99,0
Educação	6	42,9	480	60,0
Outras pastas <sup>1</sup>	6	42,9	304	38,0
Segurança Pública	1	7,1	8	1,0
<b>PODER JUDICIÁRIO FEDERAL</b>	1	7,1	8	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>800</b>	<b>100</b>

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Outras pastas além de Educação, Saúde e Segurança Pública - ou greve de todo o poder executivo

## Tabela 4

### Caráter das greves no funcionalismo público federal Brasil, 1º semestre de 2018

Caráter	greves (14)	
	nº	%
Propositivas	7	50,0
Defensivas	13	92,9
Manutenção de condições vigentes	12	85,7
Descumprimento de direitos	4	28,6
Protesto	4	28,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

## Tabela 5

### Principais reivindicações das greves no func. público federal Brasil, 1º semestre de 2018

Reivindicação	greves (14)	
	nº	%
Reajuste, piso salarial	6	42,9
Realização de concurso, efetivação de aprovados	5	35,7
Plano de Cargos e Salários, promoções	5	35,7
Condições de trabalho	4	28,6
Melhoria nos serviços públicos	4	28,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações



## **Organização Sindical no Setor Público**

Suplemento Pnad 2015 e CNES 2018

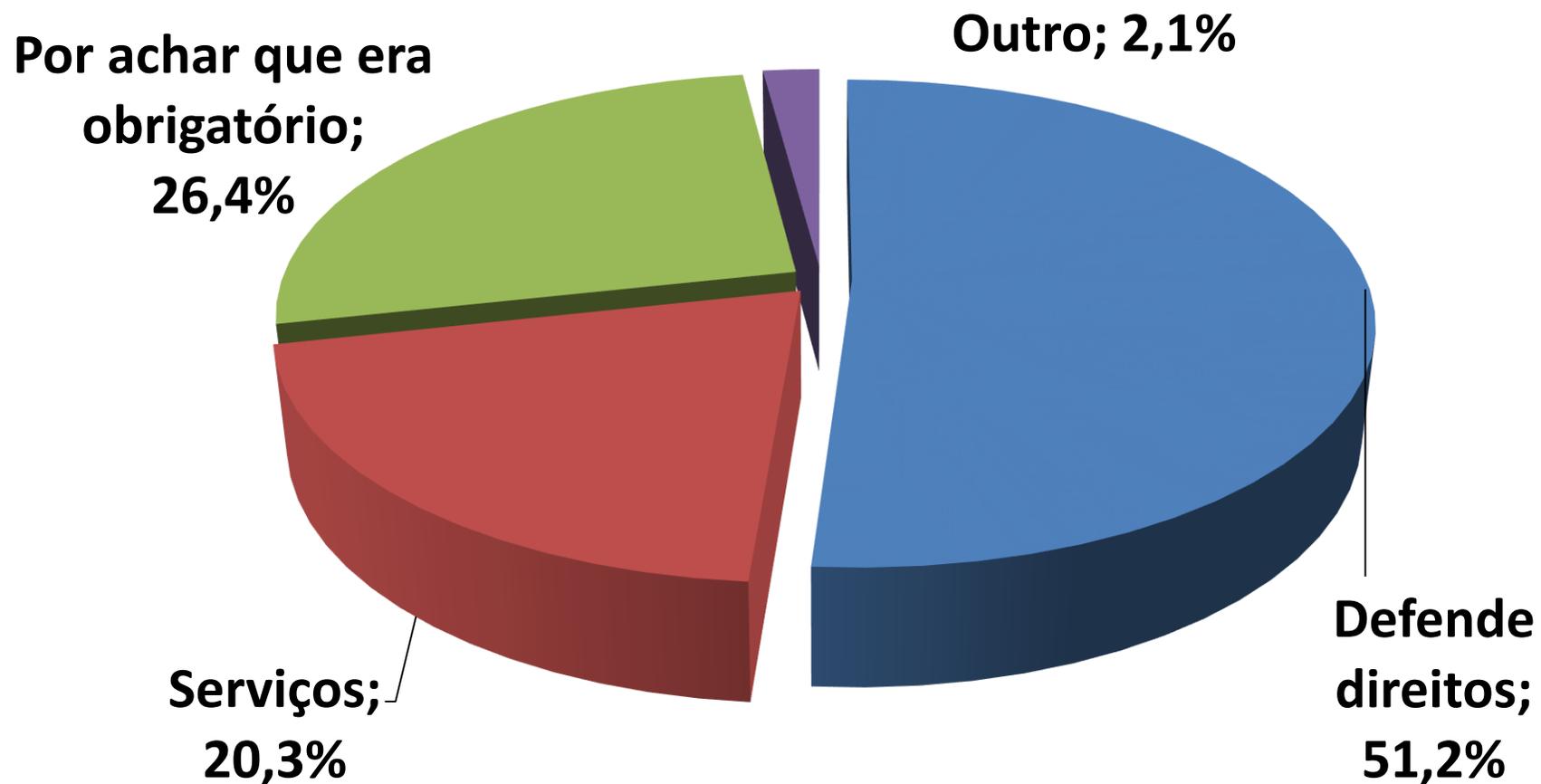
## TAXAS DE SINDICALIZAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA E OCUPAÇÃO

Grupamentos de atividade econômica	Nº sindicalizados	Taxa de sindicalização (%)
Agrícola	3.738.048	28,7%
Outras atividades industriais	262.013	36,8%
Indústria de transformação	2.600.266	23,3%
Construção	788.631	9,3%
Comércio e reparação	2.274.097	13,3%
Alojamento e alimentação	513.102	11,1%
Transporte, armazenagem e comunicação	1.305.607	24,7%
Administração pública	1.350.164	27,0%
Educação, saúde e serviços sociais	3.116.850	30,2%
Serviços domésticos	248.468	4,0%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	382.835	9,5%
Outras atividades	1.831.101	22,2%
Atividades maldefinidas	*	*

Grupamentos ocupacionais	Nº sindicalizados	Taxa de sindicalização (%)
Dirigentes em geral	1.137.461	24,1%
Profissionais das ciências e das artes	2.767.135	29,6%
Técnicos de nível médio	1.670.681	24,5%
Trabalhadores de serviços administrativos	1.887.258	21,1%
Trabalhadores dos serviços	2.358.687	12,4%
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	1.079.816	11,7%
Trabalhadores agrícolas	3.719.260	28,9%
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	3.674.381	16,3%
Membros das forças armadas e auxiliares	116.675	13,8%
Ocupações maldefinidas	*	*

Fonte: Elaborado a partir de microdados da PNAD-IBGE.

# MOTIVO PELO QUAL SE FILIOU A UM SINDICATO



Fonte: Microdados da PNAD-IBGE

Região Geográfica/UF	Laboral							
	Confederação		Federação		Sindicato		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>NORTE</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>5</b>	<b>8,2</b>	<b>169</b>	<b>7,4</b>	<b>174</b>	<b>7,4</b>
AC	0	0,0	0	0,0	10	0,4	10	0,4
AM	0	0,0	1	1,6	27	1,2	28	1,2
AP	0	0,0	0	0,0	10	0,4	10	0,4
PA	0	0,0	2	3,3	47	2,0	49	2,1
RO	0	0,0	1	1,6	39	1,7	40	1,7
RR	0	0,0	0	0,0	10	0,4	10	0,4
TO	0	0,0	1	1,6	26	1,1	27	1,1
<b>NORDESTE</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>9</b>	<b>14,8</b>	<b>675</b>	<b>29,4</b>	<b>684</b>	<b>29,0</b>
AL	0	0,0	0	0,0	39	1,7	39	1,7
BA	0	0,0	1	1,6	148	6,5	149	6,3
CE	0	0,0	1	1,6	101	4,4	102	4,3
MA	0	0,0	1	1,6	71	3,1	72	3,1
PB	0	0,0	1	1,6	68	3,0	69	2,9
PE	0	0,0	1	1,6	88	3,8	89	3,8
PI	0	0,0	2	3,3	66	2,9	68	2,9
RN	0	0,0	1	1,6	35	1,5	36	1,5
SE	0	0,0	1	1,6	59	2,6	60	2,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>24</b>	<b>39,3</b>	<b>288</b>	<b>12,6</b>	<b>316</b>	<b>13,4</b>
DF	4	100,0	16	26,2	51	2,2	71	3,0
GO	0	0,0	1	1,6	78	3,4	79	3,3
MS	0	0,0	4	6,6	92	4,0	96	4,1
MT	0	0,0	3	4,9	67	2,9	70	3,0
<b>SUDESTE</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>16</b>	<b>26,2</b>	<b>738</b>	<b>32,2</b>	<b>754</b>	<b>32,0</b>
ES	0	0,0	3	4,9	70	3,1	73	3,1
MG	0	0,0	4	6,6	259	11,3	263	11,1
RJ	0	0,0	3	4,9	100	4,4	103	4,4
SP	0	0,0	6	9,8	309	13,5	315	13,4
<b>SUL</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>7</b>	<b>11,5</b>	<b>424</b>	<b>18,5</b>	<b>431</b>	<b>18,3</b>
PR	0	0,0	3	4,9	149	6,5	152	6,4
RS	0	0,0	3	4,9	184	8,0	187	7,9
SC	0	0,0	1	1,6	91	4,0	92	3,9
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>61</b>	<b>100,0</b>	<b>2.294</b>	<b>100,0</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>

## Entidades sindicais ativas no CNES, por grupo e grau de entidade, segundo região geográfica e unidade da Federação da sede da entidade – Brasil 2018

Fonte: MTb. CNES

Elaboração: DIEESE

# Entidades sindicais ativas no CNES, por grau da entidade, segundo grupo e forma de eleição da direção – Brasil 2018

Grupo / Eleição	Confederação		Federação		Sindicato		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Laboral</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>61</b>	<b>100,0</b>	<b>2.294</b>	<b>100,0</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>
Direta	3	75,0	29	47,5	1.535	66,9	1.567	66,4
Por decisão de assembleia	0	0,0	19	31,1	485	21,1	504	21,4
Por decisão do conselho	0	0,0	3	4,9	10	0,4	13	0,6
Sem informação	1	25,0	10	16,4	264	11,5	275	11,7

Fonte: MTb. CNES

Elaboração: DIEESE

# Entidades sindicais ativas no CNES, por grau da entidade, segundo grupo e funcionamento da direção – Brasil 2018

Grupo / Eleição	Confederação		Federação		Sindicato		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Laboral</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>61</b>	<b>100,0</b>	<b>2.294</b>	<b>100,0</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>
Presidencialismo	4	100,0	57	93,4	2.084	90,8	2.145	90,9
Colegiada	0	0,0	4	6,6	207	9,0	211	8,9
Junta Governativa	0	0,0	0	0,0	3	0,1	3	0,1

Fonte: MTb. CNES

Elaboração: DIEESE

# Entidades sindicais válidas no CNES, por grupo e grau da entidade, segundo duração do mandato da diretoria – Brasil 2018

Duração do Mandato	Laboral							
	Confederação		Federação		Sindicato		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até 1 ano	0	0,0	0	0,0	9	0,4	9	0,4
Mais de 1 a 2 anos	0	0,0	2	3,3	183	8,0	185	7,8
Mais de 2 a 3 anos	0	0,0	19	31,1	973	42,4	992	42,1
Mais de 3 a 4 anos	2	50,0	20	32,8	773	33,7	795	33,7
Mais de 4 a 5 anos	2	50,0	13	21,3	280	12,2	295	12,5
Mais de 5 a 6 anos	0	0,0	1	1,6	34	1,5	35	1,5
Mais de 6 a 7 anos	0	0,0	0	0,0	5	0,2	5	0,2
Mais de 7 a 8 anos	0	0,0	6	9,8	29	1,3	35	1,5
Mais de 8 anos	0	0,0	0	0,0	8	0,3	8	0,3
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>61</b>	<b>100,0</b>	<b>2.294</b>	<b>100,0</b>	<b>2.359</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTb. CNES

Elaboração: DIEESE



© Can Stock Photo - csp12276249

# **DESAFIOS PARA DIRIGENTE SINDICAL DO SETOR PÚBLICO**

## Alguns desafios do dirigente sindical no setor público

- Não garantia do estabelecimento de uma negociação periódica
  - Terceirização
  - LRF e a vinculação de recursos (FUNDEB, Programas de transporte escolar, PNAE, saúde...)
  - Inativos (as vezes, a maior parte da categoria), Previdência
  - Divergências de entendimentos (STN, TCE, poder público local)
  - Sigilo Fiscal (código tributário)
  - Influência da negociação setor privado
  - Desconexão da negociação com ciclo orçamentário
  - Políticas de austeridade
  - Oposição ao Sindicato
-

# A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES

Os sindicatos nascem como uma reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo

Dimensão indispensável da democracia é a existência de um Sistema de Relações de Trabalho

A atuação dos sindicatos contribuiu decisivamente para que a CF 88 reservasse todo o art.7º aos direitos dos trabalhadores e outros grandes temas nacionais e regionais

As negociações coletivas ampliam direitos garantidos por lei e avançam em novas conquistas

As entidades precisam dispor de recursos políticos e financeiros para se contraporem ao poder das corporações empresariais

A instituição que melhor atua para assegurar o cumprimento dos direitos e denunciar os abusos é o sindicato



## Baixe no seu celular

Gradativamente, vamos incluir:

- elementos da conjuntura,
- informações sobre resultados das negociações,
- setores econômicos,
- setor público,
- greves,
- emprego e desemprego,
- inflação e outras



**DIEESE**  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**Patrícia Pelatieri**  
**Coordenadora de Pesquisas**  
**(11) 993119298**  
pelatieri@dieese.org.br



[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)